

Visão deformada

CARLOS GERALDO LANGONI

O Ministro do Planejamento, João Baptista de Abreu, deseja suspender as conversões devido a seu impacto expansionista do ponto de vista monetário. Se o economista João Baptista de Abreu fosse Ministro do Planejamento na década de 70, teria, por uma questão de coerência, proibido a entrada no País de cerca de US\$ 20 bilhões em investimentos estrangeiros que, ao longo daqueles anos dourados, estavam sendo dirigidos ao nosso país: o efeito expansionista desse capital de risco, sob o ângulo monetário, é exatamente o mesmo das conversões.

O comentário anterior serve para ilustrar como é absurdo e falacioso o raciocínio tortuoso que insiste em responsabilizar o programa de conversão de dívida em investimento pelos descaminhos da política monetária brasileira.

Se o economista João Baptista de Abreu fosse Ministro do Planejamento dos anos setenta, o País certamente cresceria menos, vários projetos industriais deixariam de ser implementados e, nem por isso, a inflação recuaria de sua trajetória ascendente, alimentada pelo crescente desequilíbrio do setor público.

A declaração do Ministro confirma a tendência distorsiva do conceito de planejamento no Brasil: incapaz de domar as forças burocráticas e quebrar a inércia do aparato estatal, o Planejamento se volta contra presa mais fácil — o setor privado.

Transforma-se, dessa forma, em braço do intervencionismo e da regulamentação, obstáculo maior à recuperação econômica do País.

O frustrado Plano Cruzado é o melhor exemplo dessa viciada política econômica: num país sem instituições, é mais fácil controlar o setor privado do que o próprio setor público. É simples, por decreto, congelar preços e salários. Extremamente difícil, porém, cortar despesas públicas que alimentam o desperdício ou demitir funcionários ociosos. O saldo final é conhecido e trágico: o setor privado se desorganiza enquanto a inflação acaba por ressurgir de forma ainda mais violenta.

Nas condições atuais, ameaça-se repetir o mesmo erro: frustrado pelo destino de suas propostas orçamen-

tárias, incapaz de impor os necessários cortes nas despesas das dívidas estaduais e nos inúmeros subsídios engordados pela emissão monetária, volta-se o Ministro contra o único mecanismo inovativo de mercado que tem viabilizado investimentos privados em clima de excepcional incerteza.

Se nessa confusa arquitetura de pacotes econômicos prevalecer a opinião de Sua Excelência, teremos uma queda ainda maior do nível de investimentos de risco, enquanto a inflação continuará incólume na sua trajetória rumo ao espaço.

Deixaria para a reflexão do Ministro duas elegantes formas para neutralizar qualquer efeito colateral desfavorável, ainda que reconhecidamente secundário, da conversão em termos de pressões inflacionárias:

No plano macroeconômico é perfeitamente possível reduzir o déficit público e abrir espaço para mais conversão, com efeitos benéficos sobre a inflação e o crescimento: em uma estratégia coerente de ajustamento, cada dólar convertido em investimento privado seria compensado por, digamos, um dólar e meio de redução do déficit público. Nesse contexto, conversão se transforma em mecanismo não inflacionário de realocação de recursos do setor público para o setor privado — importante inversão da tendência estatizante dos últimos anos.

Se a relação déficit público/conversão não puder ser alterada no curto prazo, há ainda outra eficiente alternativa: estabelecer vinculação direta entre conversão e liberalização de importações. Cada dólar convertido seria compensado por um dólar adicional de importações, neutralizando o efeito monetário, aumentando o nível de competitividade doméstica (e, portanto, reduzindo diretamente as pressões inflacionárias) e contribuindo para a modernização econômica. Nesse caso não há maiores dificuldades, inclusive de natureza política: dadas as dimensões modestas do programa de conversão, isso implicaria importações adicionais de cerca de US\$ 2 bilhões por ano, perfeitamente compatíveis com as metas do nosso comércio exterior.

Uma observação final extensiva a

todos os Ministros da área econômica. Existe outra importante razão estratégica para não suspender, mesmo temporariamente, o programa de conversão. Para chegarmos ao novo estágio de reestruturação da dívida externa — em que a renegociação incidirá sobre o estoque da dívida e não apenas sobre o fluxo de juros — é essencial apropriar os níveis de descontos que, atualmente, ocorrem predominantemente no mercado secundário, localizado nos países credores, fora de nossas fronteiras.

Os leilões de conversão permitem não apenas internacionalizar parcela desses deságios — reduzindo de forma definitiva nosso passivo externo — mais também formalizar um nível de desconto da dívida que é aceito voluntariamente pelos bancos credores.

É esse nível consensual de abatimento do endividamento externo — cuja história começa agora a ser registrada — que poderá servir de crítico instrumento na nova etapa de renegociação, estimulada pelas posições mais realistas do Presidente eleito dos Estados Unidos, George Bush.

Planejamento exige visão estratégica voltada para o estabelecimento de elos lógicos entre objetivos de curto e longo prazos.

Proibir, pura e simplesmente, a opção pela conversão, confirmará a natureza intervencionista do planejamento brasileiro onde medidas espasmódicas e casuísticas de curto prazo predominam sobre a ação articulada, voltada para a preservação do objetivo maior do desenvolvimento econômico.

Em contraste, criando-se condições macroeconômicas para a continuidade e preservação do sistema de conversão, estará o Governo transformando sua retórica liberalizante em ação prática. É fácil perceber por exemplo que as metas oficiais de privatização dificilmente serão atingidas sem o apoio do esquema de conversão.

Como se pode ver, Ministro, há muito mais em jogo do que a simples expansão da base monetária...

Carlos Geraldo Langoni é ex-Presidente do Banco Central do Brasil e Diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas.